

# Sertão-sertões: uma questão de ficções?<sup>1</sup>

## *Backland-backlands: a matter of fictions?*

JORGE HENRIQUE DA SILVA ROMERO

### **RESUMO:**

A proposta deste ensaio é refletir sobre a relação entre “experiência” e “fantasia” no processo de elaboração discursiva do espaço do “sertão”. Dois conceitos são centrais para pensar este processo: “controle do imaginário” e “pulsão de ficção”. Dessa forma, o sertão se apresenta como resultado de uma longa experiência histórica, social e ficcional. É pela “pulsão de ficção” que temos a reelaboração da experiência na constituição dos discursos relacionados ao espaço do sertão. Tal procedimento torna-se perceptível quando observamos as representações cartográficas dos séculos XVI e XVII. Além disso, o sertão foi um espaço constituído por diversos discursos e, não raro, apresenta imagens negativas, sendo reduzido à pobreza, seca, miséria e barbárie. Dessa maneira, percebemos que tal processo de elaboração discursiva remonta aos primórdios da colonização e pode ser observado nos mapas, cartas e descrições dos primeiros cronistas. É justamente a relação entre “experiência” e “fantasia” que irá plasmar o sertão enquanto pura negatividade. Por esse motivo, compreendo o “controle do imaginário” como processo objetivo que visa reconstituir o amplo espaço da experiência.

**Palavras-chave:** Sertão, controle do imaginário, experiência, pulsão de ficção

### **ABSTRACT:**

The proposition of this essay is to reflect on the relationship between "experience" and "fantasy" in the discursive elaboration of space known as "sertão" (backland). Two concepts are central to thinking this process: "control of the imaginary" and "pulsating of fiction". In this way, the “sertão” presents itself as the result of a long historical, social and fictional experience. It is by the "pulsating of fiction" that we have the re-elaboration of the experience in the constitution of discourses related to this space. This procedure becomes noticeable when we observe the cartographic representations of the 16th and 17th centuries.

---

<sup>1</sup> Este ensaio resulta da pesquisa de doutoramento: “Sertão, sertões e outras ficções: ensaio sobre a identidade narrativa sertaneja” (Unicamp). Tal pesquisa contou com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

In addition, the “sertão” was a space made up of several discourses and, not infrequently, presents negative images, being reduced to poverty, drought, misery and barbarism. In this way, we realize that this process of discursive elaboration goes back to the beginnings of colonization and can be observed in the maps, letters and descriptions of the first chroniclers. It is precisely the relationship between "experience" and "fantasy" that will shape the “sertões” (backlands) as pure negativity. For this reason, I understand "control of the imaginary" as an objective process that seeks to reconstitute the vast space of experience.

**Keywords:** Backlands, “control of imaginary”, experience, pulsating of fiction.

## INTRODUÇÃO

*Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.*

Heinbart Koselleck

História e experiência convivem, às vezes, em íntima relação. Memória também possui papel seminal e, sobretudo, mediador, pois os acontecimentos só ganham narratividade se estiverem entrelaçados na rede complexa de tecidos constituídos pela memória. Tanto a *elaboração racional*, quanto as *formas inconscientes* fazem parte do emaranhado narrativo, do estatuto da ficção. É a narração, enquanto instância discursiva, que confere realidade “concreta” às experiências, e assim temos o substrato das tradições, que atualizam os conteúdos das experiências, que são continuamente (re)significadas pelas tradições.

Para o nosso intuito, seria possível conceber a expressão “experiência imediata” como aquele tipo de experiência onde os acontecimentos ainda não foram incorporados completamente, a ponto de serem lembrados e modificados nessa lembrança, formando, assim, uma determinada tradição; é uma espécie de experiência relacionada à sincronia dos acontecimentos. Torna-se essencial tentar definir essa expressão, pois Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Visão do Paraíso*, procura entender a valorização da experiência, “*madre das coisas*”, e o espaço reduzido que ocupa a fantasia na mente dos primeiros exploradores, que possuíam uma demanda sempre constante por terras ígnoras (HOLANDA, 2010, p. 41). Esses homens eram capazes de valorizar o elemento maravilhoso somente enquanto “se achasse além da órbita de seu saber empírico” (HOLANDA, 2010, p. 41). Por esse motivo nos perguntamos como, num mundo regido pela “experiência imediata” das coisas, seria possível o florescimento, mesmo que de

forma adversa, de uma centelha de fantasia e mistério? Acima de tudo, como o sertão representa o espaço mítico do elemento fantástico, delineado pelo desconhecido e formando, assim, uma espécie de geografia fantástica?

## **I - A EMPRESA “EXORCÍSTICA”**

Sérgio Buarque demonstra a existência de uma desproporção entre a geografia fantástica do Renascimento e o mundo pragmático da “experiência imediata” dos navegadores. Para o historiador, toda a atmosfera mágica que, desde o primeiro contato do europeu, envolveu “as novas terras descobertas parece assim rarefazer-se à medida que penetramos a América lusitana” (HOLANDA, 2010, p. 43). É enquanto vasta empresa *exorcística* que o projeto de exploração português irá fincar os pés nas novas terras descobertas, *exorcizando* todos os demônios e fantasias que povoavam o imaginário daqueles mundos remotos (HOLANDA, 2010, p. 48). Ao explorador impõe-se vencer pela experiência todos os desafios, estejam eles presentes no espaço adverso do sertão desconhecido ou na fantasia criadora que forja monstros e criaturas fantásticas que povoam a geografia fantástica dos sertões míticos.

Para o explorador urge transformar o sertão em terreno da razão, deslocando qualquer resquício de fantasia criadora. Essa transformação opera-se de muitas formas, sendo uma delas o *controle do imaginário*. O *controle*, como afirma Luiz da Costa Lima, está sempre implícito em todas as sociedades. Entretanto, “ele não assume um aspecto visível e marcante se a instituição ou a sociedade que o ativa não está em crise, ou sob sua iminente ameaça” (LIMA, 2009, p. 21). É sob constante ameaça que a vasta empresa de exploração ativa mecanismos de controle que procuram levar ao total aniquilamento não somente as crenças e fantasias que impedem o conhecimento dos novos sítios; concretamente, comunidades e etnias inteiras sentem o impacto civilizador da experiência predatória de um *controle* que sempre procura não somente triunfar sobre o imaginário dos povos “não civilizados”, mas também cercear suas possibilidades de existência. Citando Joaquim de Carvalho, Holanda nos dá essa dimensão destruidora que procura eliminar os “erros e prejuízos”:

A inabitabilidade da zona tórrida, certas ideias sobre as dimensões da Terra, o “sítio do orbe”, as imaginadas proporções das massas líquida e sólida de nosso planeta, os horríveis monstros antropológicos e

zoológicos, as lendas de ilhas fantásticas e de terrores inibitórios – tudo isso que obscurecia o entendimento e entorpecia a ação foi destruído pelos nossos pilotos com o soberano vigor dos fatos indisputáveis. (CARVALHO *apud* HOLANDA, 2010, p. 49)

Não foi somente sobre o imaginário dos povos *conquistados* que recaiu o *soberano vigor* dos conquistadores (o que levou a um processo extremo de controle). A destruição de tudo que *obscurecia* o entendimento foi acompanhada da completa destruição daquelas populações que acreditavam nos rios transformadores, nos horríveis monstros e ilhas fantásticas. A “retração da área tradicional dos países da lenda e do sonho” (LIMA, 2009, p. 49) não implica somente a *sobriedade imaginativa*, como afirma Buarque de Holanda, mas acompanha, sobretudo, a retração da área concreta da experiência dos mais diversos povos indígenas. Retração que ocorre, muitas vezes, seja pelo simples contato, acarretando doenças para as quais não há nenhuma resistência biológica desenvolvida pelos povos autóctones, seja pelo extermínio ou pela escravização (que também pode ser considerada uma forma de exterminar lentamente os diversos povos): “Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois, pela dizimação através de guerras de extermínio e da escravização” (RIBEIRO, 1995, p. 47).

## II - História *Magistra Vitae*

Como observa Buarque de Holanda, mesmo os primeiros cronistas portugueses estão presos a um realismo *desencantado*, “voltado sobretudo para o particular e o concreto” (HOLANDA, 2010, p. 43). Há de se supor que a finalidade ética, que consiste em descrever *verdadeiramente* os relatos, frutos das observações desses cronistas sobre as obras do descobrimento e expansão do domínio lusitano, condiciona o gênero. Não é à toa que, ao dedicar as páginas de sua *História do Brasil* ao licenciado Manuel Severim de Faria, frei Vicente do Salvador, citando o *de Oratore* de Tulio, ressalta a contribuição dos livros *históricos* de Aristóteles e se refere a tais livros (simbolizados metonimicamente por sua materialidade) enquanto

luz da verdade, vida da memória e mestres da vida; e Diodoro Siculo diz *in proemio sui operis* que estes igualam os mancebos na prudência aos velhos, porque o que os velhos alcançam com larga vida e muitos discursos, podem os mancebos alcançar em poucas horas de lição, assentados em suas casas (SALVADOR, 1918, p. 1-2).

A História iguala velhos e jovens na prudência; os primeiros aprendem com as suas experiências, e os jovens podem alcançar a mesma *prudentia* pela experiência comunicada pelos livros de História. Ou seja, cabe à História *guiar* os caminhos na busca pela verdade; estamos, assim, diante da História enquanto *magistra vitae*, que pretende ensinar aos homens o caminho da verdade pela metáfora da luz. As primeiras crônicas do descobrimento, ao aderir à superfície da experiência, descrevem um mundo desencantado, onde um realismo “cru” declara os roteiros de um itinerário que não cede em nenhum momento aos encantos da fantasia, afirmando, assim, o princípio ético de ensinar pela experiência descritiva, afugentando todo o perigo que a fantasia pode representar, posto que esta não possui o compromisso de ensinar aos homens o caminho da verdade. Tudo que foge ao roteiro prescrito adquire o sentido de extravagância, o que confere à experiência imediata a tendência em “reger a noção de mundo desses escritores e marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela” (HOLANDA, 2010, p. 40)

Contudo, o espaço reduzido da imaginação nos primeiros anos de contato dos exploradores com as novas terras *descobertas* não significa sua exclusão como parte formadora dos discursos que constituem esse contato. Ou seja, não significa que a atividade imaginativa não pudesse encontrar frestas no universo de valorização da experiência. E, mais ainda, não significa que essa atividade, tão essencial ao homem, deixasse de constituir discursos, assim como a experiência, para a estabilidade e desenvolvimento de um processo civilizador. Por esse motivo, preferimos falar em *controle do imaginário*, expandindo este conceito tão caro a Luís Costa Lima.

Nos discursos que plasmaram o processo de colonização portuguesa nos trópicos, temos uma contínua reelaboração do espaço da experiência, e muitas vezes esta aparece associada a elementos fantasiosos que parecem valorizar, ainda mais, a experiência como força motriz do conhecimento. É dessa forma que Gabriel Soares de Sousa, ao informar sobre o rio Amazonas em seu *Tratado Descritivo* de 1587, nos oferece uma passagem muito esclarecedora, que valoriza a experiência em detrimento da fantasia. Mesmo com o espaço reduzido que os primeiros cronistas conferiram a esta última e predominando o traço descritivo de intenso realismo, percebemos um controle intenso do imaginário:

Como não há coisa que se encubra aos homens que querem cometer grandes empresas, não pôde estar encoberto este rio do mar Doce ou das Amazonas ao capitão Francisco de Orellana que, andando na conquista do Peru em companhia do governador Francisco Pizarro, e

indo por seu mandado com certa gente de cavalo descobrindo a terra, entrou por ela adentro tanto espaço que se achou perto do nascimento deste rio. (SOUSA, 2010, p. 38)

Gabriel Soares de Sousa procurou enfatizar, no espírito dos exploradores do Novo Mundo, uma ética aventureira, com fome sempre constante por terras ignotas. Esse imperativo ético do descobridor, que descortina as formas ocultas pela indômita vontade de conhecer, parece reforçar a criação dos mitos da conquista e, aliado ao espírito de aventura, acaba por forjar expedições acentuadamente heroicas. É o caso da expedição de Pizarro que, ao se deparar com o caudaloso rio, preparou embarcações para navegá-lo. Sousa descreve ainda as muitas guerras travadas com os “gentios” e com “um grande exército de mulheres que com ele pelejaram com arcos e flechas, de onde o rio tomou o nome das Amazonas” (SOUSA, 2010: 39).

### **III - CONTROLE DO IMAGINÁRIO E PULSÃO DE FICÇÃO**

Cada expedição malograda, diante do vasto território, alimentava um imaginário da terra hostil, de seus habitantes, plantas e animais. Dessa forma, a experiência sofria uma reelaboração sempre contínua, tendo em vista a necessidade de controle, afirmação e expansão dos domínios e territórios conquistados. Associada à “experiência imediata”, “madre das coisas”, a fantasia alimentava infrene a ética aventureira. O imaginário dos grandes sertões não somente fazia ascender a esperança de ganhos, mas empolgava e alimentava o imaginário das terras incógnitas. Tal afirmação é de Alcântara Machado, que nos afirma ainda:

Para melhor seduzi-los não lhes assanha apenas a ambição do ganho. Empolga-lhes a imaginação, encarnando, como encarna, esplendidamente, o imprevisto e o mistério, com todas as volúpias másculas do risco e da luta. É nele que se encontram as forças de destruição mobilizadas contra o invasor pela natureza rebelada: “onças, tigres e outros bichos mui indômitos”, desertos e miasmas, febres e peçonhas. É dentro de suas furnas e na penumbra de seus desvãos que moram o saci, o boitatá, o curupira, os demônios petulantes das águas e das matas. Tudo concorre para fazer do sertão uma provocação permanente ao espírito imaginoso e à índole aventureira dos conquistadores e dos naturais da terra. (MACHADO, 2002, p. 1.346)

Não somente o *Eldorado* de ouro e pedras preciosas, nem o deserto indômito e causticante, sertão constitui uma espécie de oásis da lenda e do mito, que alimenta o imaginário destes *conquistadores e naturais da terra*. O sertão é o enigma do qual não se pode escapar. Esse caráter enigmático e fascinante do sertão é ressaltado por Cassiano Ricardo, para quem sertão é o lugar de riquezas escondidas e de forças míticas que ajudam a defendê-las: “o sertão enigmático exacerba, por si mesmo, a imaginação ao bandeirante; as riquezas que deviam existir lá dentro, nos cafundós, exigem a aventura, criam a fábula” (RICARDO, 1970, p. 380). Perguntamo-nos se para os primeiros exploradores o sertão representaria essa fonte mítica de riquezas, esse imaginário que atrai e fascina, criando uma força que o impulsiona para o território “desconhecido”, ou se representaria somente uma fonte oculta de riquezas materiais, passíveis de descoberta pela experiência imediata e cotidiana do explorador em contato com a terra.

Sérgio Buarque de Holanda ressalta que, “ainda que fossem muitas vezes sensíveis à atração da fantasia e do milagre, é principalmente o imediato, o cotidiano, que recebem todos cuidados e atenções desses portugueses do Quinhentos” (HOLANDA, 2010, p. 167-168). O que acontece muitas vezes, segundo o historiador, é um processo de *familiarização* da atividade criadora da imaginação, aproximando essa atividade do cotidiano dos homens afeitos à experiência.

O trato das terras e coisas estranhas, se não uma natural aquiescência e, por isso, uma quase indiferença ao que discrepa do usual, **parecem ter provocado certa apatia da imaginação, de sorte que para eles até o incomum parece fazer-se prontamente familiar, e os monstros exóticos logo entram na rotina diária**. Não estaria aqui o segredo da facilidade extrema com que se adaptariam a climas, países e raças diferentes? [grifo meu] (HOLANDA, 2010, p. 167-68)

Além de aproximar o *incomum* da experiência cotidiana, a *familiarização* da fantasia poderia constituir um meio vital para a adaptação do agente externo aos mais diversos elementos discrepantes e adversos. Entendemos esse processo de *familiarização* do *incomum* como uma forma de *controle do imaginário* que converge para o processo de reelaboração da experiência. Ao trazer o *incomum* para o cotidiano, procura-se exercer um domínio sobre a atividade criadora, deixando não só que ela seja absorvida pela experiência, mas que a reconfigure, que possa atribuir sentidos diversos ao material empírico. Dominar é antes de tudo impor-se pela força dos discursos. Nesse sentido, a adaptação às situações de extrema adversidade ganha no processo de *controle do imaginário*

um forte aliado. Os *monstros exóticos* só assustam quando permanecem distantes da *rotina diária* dos homens.

Tal panorama nos evoca a lembrança de uma passagem em *Casa Grande & Senzala* na qual Gilberto Freyre disserta sobre a intimidade entre o santo e o devoto, que forma uma religiosidade que aproxima intimamente o sagrado do cotidiano e do profano; vide a imagem de Nossa Senhora do Ó grávida, Menino Jesus, no poema de Sórora Violante do Céu, comparado a Cupido, assim como Santo Antônio que se tornou célebre como santo casamenteiro. Uma relação que sugere tanta intimidade, “só faltando”, como afirma Freyre, “São Gonçalo do Amarante (...) emprenhar as mulheres estéreis que o aperreiam com as promessas e fricções” (FREYRE, 2002, p. 244-45). Nesse caso, percebemos que experiência e fantasia estão intimamente relacionadas no processo de formação cultural. Enquanto a santidade participa do incomum, a gravidez representa a ordem comum da experiência. Por esse motivo, a santa grávida constituiria um caso de heresia aos olhos da instituição religiosa. Mas a santa grávida ao aproximar-se do mundo do oprimido revela uma inversão dos lugares de poder. Os santos não somente entenderiam o amor, mas participariam intimamente do cotidiano

Contudo, a intimidade entre fantasia e experiência aponta para o predomínio da experiência. Mesmo no caso da intimidade entre santo e devoto, parece haver uma valorização da experiência, que recorre ao sagrado de forma utilitária e reducionista. Mesmo com a redução da fantasia no espaço das atividades humanas relacionadas aos primórdios da colonização portuguesa, ela ainda poderia apresentar-se como possibilidade de (re)significação. Por esse motivo insistimos na importância da imaginação no processo de reelaboração da experiência, desencadeada por uma pulsão que abre caminho para uma constante busca de significação, mesmo sendo as experiências concretas e imediatas. Como afirma Suzi Sperber, a *pulsão de ficção* é a:

Necessidade imperiosa de contar para atribuir um sentido, corrigi-lo, entender, ou tentar compreender. Ao fazer isso, por meios que são mais do que a palavra, são “performance”, com uso de recursos como gestos, movimentos, palavras, linhas, cores, formas no espaço ou na superfície plana, a pulsão de ficção cria imagens, usa símbolos que, comumente, remetem a um passado histórico ou pré-histórico. É que, ao mesmo tempo têm um sentido ancorado no evento pelo enunciador, compreendido pelo receptor a partir da inserção do texto (ou da obra) no contexto do presente histórico, do conhecimento, do pensamento, dos movimentos políticos, econômicos, ideológicos, filosóficos, têm também um lastro no passado histórico – este de duas

naturezas: o passado histórico singular, pessoal e o histórico cultural. (SPERBER, 2009, p. 577)

Mesmo por meio de um processo histórico e social de *controle do imaginário*, a fantasia parece estar sempre destinada a surgir em meio às adversidades impostas pelo terreno da experiência imediata. Como afirma Sperber, os meios de ficcionalização são diversos e semanticamente sempre há uma relação entre a experiência singular e o contexto histórico e cultural. Por esse motivo, podemos afirmar que não há sociedades unicamente erigidas de acordo com princípios orientados pelas relações pragmáticas entre homem e natureza, pois haverá sempre a *necessidade imperiosa* de compreensão e de contar para compreender, atribuindo ao narrado sempre novas possibilidades. Neste sentido, a pulsão de ficção não é um princípio de ordenação formal, isto é, não se trata de uma organização da estrutura narrativa”, mas de um “princípio organizativo” fundado em pulsões, impulsos que precisam “de linhas de organização do que é efabulado”. Em síntese, a pulsão de ficção “procura uma forma conforme deseja exprimir um impulso para a superação, para a vida, ou a obediência e respeito às normas, tradições, preceitos da coletividade” (SPERBER, 2009, p. 578-579).

A pulsão de ficção procura preencher os “vazios” deixados pela experiência, “madre das coisas”, e também atribui novos sentidos a essa experiência. É dessa forma que muitas representações cartográficas do período colonial apresentam não somente uma descrição das áreas povoadas, mas também os elementos constituintes de uma “geografia fantástica” que representa o mundo desconhecido com as cores da fantasia, conferindo expressão a uma “força que impele para a efabulação” (SPERBER, 2009: 578-579). Os mapas do período colonial apresentam mais nitidamente essas “linhas de força” que impelem para o imaginário. Contudo, mesmo as notas mais desencantadas de um realismo descritivo, provenientes dos primeiros cronistas, também apresentam, em seus interstícios, a força *imperiosa* da pulsão de ficção. Pois, como afirma Cassiano Ricardo: “Há muita fábula sem ouro, mas não há ouro sem fábula” (RICARDO, 1970, p. 387).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. (2002). Edição Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX.

- HOLANDA, S. B. de. (2010). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras
- KOSELLECK, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc – Rio
- LIMA, L. C. (2009). *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras
- MACHADO, A. (2002). *Vida e morte do bandeirante*. In: SANTIAGO S (org). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar
- RIBEIRO, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*
- RICARDO, C. (1970). *Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio
- SALVADOR, F. V. do. (1918). *História do Brasil*. São Paulo e Rio, Editores-proprietários Weiszflog irmãos
- SOUSA, G. S. de. (2010) *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra
- SPERBER, S. F. (2009). *Ficção e razão: uma retomada das formas simples*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp

**Jorge Henrique da Silva Romero**

Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)